

EDUCAÇÃO PERMANENTE: DA PEDAGOGIA PARA A SAÚDE

India Nara Smaha

Universidade Estadual de Londrina
indiasmaha@uol.com.br

CAPES

Cássia Maria Carloto

Universidade Estadual de Londrina

EDUCAÇÃO PERMANENTE: TRAJETÓRIA E CONCEITOS¹

Muitas vezes trabalhamos com conceitos, propostas, categorias e pensamos que são originários de onde os conhecemos, porém temos a grata surpresa de verificar que a história vai muito além do que à primeira vista nos mostra. Este é o caso da Educação Permanente que, atualmente, está sendo disseminada em várias áreas e, a princípio temos a impressão que é algo “criado” no mundo capitalista, para agilizar o processo de qualificação. Mas ao estudá-la nos deparamos com uma ideia que vem sendo construída há muito tempo e que pode, sim, ser ideologizada para rendimento do capital, porém sem sombra de dúvidas é o caminho para melhorar a formação escolar ou extra escolar, com a prerrogativa de tornar as pessoas sujeitos de sua própria história, capazes de fazer uma crítica ao contexto econômico, social ou político em que estão inseridos.

Para tratar do tema Educação Permanente iremos beber na fonte da Pedagogia, área que primeiro tratou do tema, tendo a França como palco central das primeiras discussões. Assim traremos os argumentos de Pierre Furter, professor francês que muito discutiu o tema e teve suas obras traduzidas no Brasil; Moacir Gadotti, brasileiro que foi até Genebra para estudar os documentos que compunham a Educação Permanente e com estes dados e informações coletadas construiu sua tese de doutorado tratando do assunto a partir da origem do tema.

Gadotti, no livro *A Educação contra a Educação* (1982)², publicação de sua tese, trouxe a discussão sobre a Educação Permanente em três aspectos: Fenomenologia³ da

¹ Este trabalho é parte da pesquisa que esta sendo realizada para dissertação do Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social.

² Este é o ano da 2ª edição, a qual iremos utilizar como fonte. A primeira edição foi em 1981.

³ 1- no pensamento setecentista, descrição filosófica dos fenômenos, em sua natureza aparente e ilusória, manifestados na experiência aos sentidos humanos e à consciência imediata; 2- na filosofia de William Hamilton (1788-1856), a descrição imediata, anterior a qualquer explicação teórica, dos fatos e ocorrências psíquicas; 3- em E. Husserl (1859-1938), método filosófico que se propõe a uma descrição da experiência vivida da consciência, cujas manifestações são expurgadas de suas características reais ou empíricas e

Educação Permanente, Hermenêutica⁴ da Educação Permanente e Filosofia⁵ da Educação Permanente. Não iremos nos deter nos conceitos dos termos e na discussão que permeia o problema do qual a tese trata, mas iremos buscar o fundamento da Educação Permanente para construirmos sua trajetória e apresentar as concepções que a circundam.

O autor diz que a Educação Permanente, nos últimos anos, veio como uma ideia anárquica, ele afirma que a Educação Permanente se apresenta como palavra de ordem que é capaz de reunir correntes, reduzir as concepções opostas e alargar o conceito de educação. Neste sentido, Gadotti coloca que a filosofia da educação desvela a condição humana e propõe vias de libertação ao homem. E a ideologia da educação é a antítese da filosofia da educação. Se a ideia da dominação é a educação de adultos, os ideólogos encontraram uma tese afirmando que a idade adulta é a melhor fase para o conhecimento. Tendo por base a condição humana, Gadotti evidencia que a Educação Permanente possibilita reler constantemente a realidade, na qual somos sempre aprendizes.

A partir da fenomenologia o autor interpreta os documentos e situa a Educação Permanente como um evento, o qual ele entende como: um fato que traz conseqüências, que “vem”. Assim a Educação Permanente começa a ter sentido quando “vem” até nós, nos provoca e exige uma tomada de posição. Por isso ele afirma que a Educação Permanente tem suas raízes na evolução real da educação.

Complementa Gadotti que a Educação Permanente não é uma ideia recente. Na China o filósofo Lao-Tsé, séculos antes de Cristo, dizia que “... todo estudo é interminável” (TAO TÖ KING, 1967 p. 84 *apud* GADOTTI, 1982 p. 56). Da mesma forma cita o mito de Prometeu e na Republica ideal de Platão, quando diz que a educação “[...] é o primeiro dos mais belos privilégios”. Então, a Educação Permanente é uma expressão recente de uma preocupação antiga.

consideradas no plano da generalidade essencial [Reconhecida como uma das principais correntes filosóficas do séc. XX, influenciou autores como Heidegger (1889-1976), Sartre (1905-1980) e Merleau-Ponty (1908-1961)]. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009).

⁴ 1- ciência, técnica que tem por objeto a interpretação de textos religiosos ou filosóficos, esp. das Sagradas Escrituras; 2- interpretação dos textos, do sentido das palavras; 3- Rubrica: semiologia. Teoria, ciência voltada à interpretação dos signos e de seu valor simbólico. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009).

⁵ 1- Rubrica: filosofia. amor pela sabedoria, experimentado apenas pelo ser humano consciente de sua própria ignorância [Segundo autores clássicos, sentido original do termo, atribuído ao filósofo grego Pitágoras (sVI a.C.).] 2- Rubrica: filosofia. no *platonismo*, investigação da dimensão essencial e ontológica do mundo real, ultrapassando a mera opinião irrefletida do senso comum que se mantém cativa da realidade empírica e das aparências sensíveis; 3- Rubrica: filosofia. no âmbito das relações com o conhecimento científico, conjunto de princípios teóricos que fundamentam, avaliam e sintetizam a miríade de ciências particulares, tendo contribuído de forma direta e indispensável para o surgimento e/ou desenvolvimento de muitos destes ramos do saber. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009)

A Educação Permanente se mostra com características da modernidade com visão de progresso, desenvolvimento e crescimento, mas contempla “[...] pelo passado, o que jamais foi feito e o que sempre fez [...]” (GADOTTI, 1982, p.56). Ela representa o mito da educação, onde o homem se liberta da degradação, assim como está ligada à utopia social. O sistema universal e permanente para garantir a liberdade do homem como mito reaparece, toda vez que a sociedade não consegue responder aos problemas presentes.

Historicamente a Educação Permanente construiu um percurso de idas e vindas. Na França a ideia de educação prolongada, continuada, progressiva, fazia parte de um programa educativo da Revolução de 1789. Esta ideia foi substanciada em 1791 na Constituição, quando cita: “será criada e organizada uma instrução pública comum a todos os cidadãos, gratuita no que se refere ao ensino indispensável a todos os homens” (FRANÇA, 1791 *apud* GADOTTI, 1982, p. 58). E em 1792 Condorcet apresentou um relatório à Assembléia Legislativa, onde observou que a “[...] instrução não deveria abandonar os indivíduos no momento em que saem da escola, deveria abranger todas as idades já que não há idade em que não seja útil e possível aprender [...]” (TRICOT *apud* GADOTTI, 1982, p.59). Embora muitos documentos que remetem à Educação Permanente tenham surgido na França, Gadotti argumenta que não pode ser considerado um “fenômeno francês”, como cita Simpson. Esta afirmativa toma por base os documentos que os países estrangeiros utilizam como base de estudos da Educação Permanente, que são oriundos de seu país (França).

No ano de 1919 o Ministério da Reconstrução, francês, publicou relatório onde consta que a educação correspondesse às necessidades das pessoas durante toda a vida. Após a Segunda Guerra Mundial o novo Ministério da Educação publicou algumas encadernações que tinham como tema a educação para a vida toda. É com base nestes documentos que Simpson insiste em dizer que a Educação Permanente é uma obra nova e, sob certos aspectos, revolucionária.

Em 1938, Gaston Bachelard, na França disse que “[...] Uma cultura bloqueada no tempo escolar, [...] é a negação da própria cultura científica. Sem escola permanente não existe ciência [...]”.(*apud* GADOTTI, 1982, p. 59). A partir da colocação de Bachelard, Gadotti salienta a relação, segundo ele, íntima da Educação Permanente com o desenvolvimento das ciências e da técnica.

As pontuações sobre a Educação Permanente não pararam, em 1946, reaparece o que Bachelard afirmou, no Plano Langevin-Wallon da Reforma do Ensino, no qual ficou claro que a nova organização do ensino deveria permitir o contínuo aperfeiçoamento do

cidadão e do trabalhador, com vistas ao progresso e a modernização. A Liga Francesa de Ensino, em 1955 elaborou um Projeto de reforma do ensino no qual o redator foi Pierre Arents. Neste documento o termo Educação Permanente foi citado pela primeira vez e lhe foi atribuído os seguintes objetivos:

- 1-assegurar, depois da escola, a manutenção da instrução e da educação recebida na escola;
- 2- prolongar e completar, além da formação e da atividade profissional, a educação física, intelectual e estética da juventude até ao exercício da cidadania;
- 3- permitir o aperfeiçoamento, a complementação, a renovação ou a readaptação das capacidades em todas as épocas da vida;
- 4- facilitar a atualização dos conhecimentos e a compreensão dos problemas do país e do mundo, a todos os cidadãos, quaisquer que sejam seus títulos de responsabilidades;
- 5- permitir a todos usufruir do patrimônio da civilização e de seu constante enriquecimento. (GADOTTI, 1982, p.60)

Com toda esta garantia de direitos à educação quem não gostaria de incorporar a Educação Permanente ao desenvolvimento. Seria a realização de ter uma educação complementa em todos os sentidos, a possibilidade de ser um cidadão, alfabetizado, profissionalizado e crítico, capaz de fazer análises a partir dos problemas postos em seu ambiente cotidiano. Neste sentido, no ano seguinte a Educação Permanente foi oficializada na França, pelo Ministro da Educação Nacional René Billères, para “[...] prolongamento da escolaridade obrigatória e a reforma do ensino público. [...]” (GADOTTI, 1982, p.60).

Gadotti expõe que a Educação Permanente passou a invadir a sociedade, através de condições intrínsecas, econômicas, sociais ou demográficas, necessidades individuais, ou mesmo por situações criadas pela máquina publicitária. A partir deste conjunto em 1960, Gaston Berger lança as bases de uma filosofia de Educação Permanente, onde apresenta como necessidade dos novos tempos, a exigência da técnica.

De acordo com dados levantados por Pierre Richard e Pierre Paquet (1973), a produção sobre o tema Educação Permanente foi grande. Até 1970, 5.564 títulos foram publicados em francês. Assim a Educação Permanente passou a ser a ideia mestra da Política Educacional da UNESCO e disseminada a partir do projeto “Cidade Educativa”. Projeto este assumido por vários países, um deles o Brasil, que apesar de não ter nem mesmo sua cota de educação fundamental dentro dos padrões mínimos desejáveis, almejou implantar a educação para a vida toda. (GADOTTI, 1982)

O autor relata que os fatos ocorridos em 1968 no Brasil, momento em que os estudantes foram às ruas, preocupou as autoridades internacionais, motivo que levou o país

a implantar novo modelo escolar, onde o lema era “[...] façam universidade durante toda a vida, mas não façam a guerra [...]” (PANTILLON *apud* GADOTTI, 1982, p, 63). Pensamento que era condizente com a situação pela qual passava o Brasil, com o Ato Institucional nº 5, um momento de repressão e cerceamento da liberdade de expressão em todos os âmbitos. A UNESCO, o Conselho da Europa e a Organização para Cooperação no Desenvolvimento Econômico-OCDE, diante do panorama brasileiro propuseram a substituição do sistema tradicional de educação pelo sistema de Educação Permanente.

Segundo Gadotti (1982), Pierre Furter, o então membro do Comitê Diretor da Educação Permanente do Conselho da Europa, disse que o plano de trabalho deste organismo, referente a Educação Permanente, passou por uma fase conceitual de 1966 a 1971, momento em que se pensou como oferecer a cada indivíduo educação que respondesse às necessidades econômicas, sociais e pessoais. Os anos de 1972 a 1978 foram os anos da fase operacional, período de aplicação dos aspectos pensados. Furter em seu Livro *De La Lutte Contre L'Analphabétisme Au Developpement Culturel*, traduzido por Teresa de Araújo Penna, para Educação Permanente e desenvolvimento cultural (1974), trabalha com três definições: a primeira cita que a Educação permanente é um processo contínuo do desenvolvimento individual, no qual o indivíduo progride de acordo com sua necessidade e condições. Não tem organização central nem coordenação. A atividade é individual e muitas vezes autodidaxia, sempre por iniciativa voluntária. Nesta definição o promotor é o teórico da educação; Na segunda a Educação Permanente é tida com um princípio de organização de um sistema global de formação, exerce uma ação renovadora e tora o sistema escolar mais flexível e amplo. Agrupa-se em parassistema com a inspeção do Estado. As atividades são coletiva e organizada algumas vezes orientada por educadores. Quem promove são administradores e planejadores da educação; A terceira definição diz que a Educação Permanente é uma estratégia de formação para o desenvolvimento cultural, seu objetivo é orientar uma política de recursos humanos visando o desenvolvimento cultural. Sua organização não possui um sistema, pois utiliza das instituições já envolvida, interdisciplinar e interministerial em programas. A atividade é em grupo, orientada por profissional interessado e a supervisão e avaliação e feita por educadores especializados. Os promotores são planejadores de recursos humanos no âmbito do planejamento regional.

Neste sentido o que percebemos que a terceira definição que Furter coloca é a definição que mais tarde iremos identificar na Política de Saúde. No entanto a

multiplicidade de conceitos e categorias que permeiam a Educação permanente algumas vezes gera conflito de informações por isso é interesse o que Bárcia traz.

Bárcia (1982) a partir dos estudos sobre o tema, diz que a ambiguidade dos termos que caracterizam a Educação Permanente, estão postas como: auto-educação, autoformação, autogestão, auto-regulação, autodidaxia, educação não formal, educação continuada, educação compensatória, educação pós-compulsória ou andragogia. Ela defende que não é auto-educação, pois que a educação requer um ambiente solicitador, ou surge de uma necessidade social para adaptação ao meio, ou para modificá-lo. Condição que justifica a necessidade de educação de maneira permanente. Neste sentido, a Educação Permanente deve ser efetivada pela autodeterminação, gerada pela finalidade de aperfeiçoamento constante e progressivo, tendo como base o meio social.

Esta formação deve ser orientada para possibilitar uma análise crítica e coerente, pois de acordo com a autora é a partir da realidade que o educando vai desenvolver suas potencialidades para beneficiar-se e beneficiar a sociedade. Nesta direção da formação pode-se dizer que a Educação Permanente é “[...] um processo de afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um auto-determinismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver.” (BÁRCIA, 1982, p.63-64).

Para Furter a Educação Permanente permite ao homem fazer parte da situação concreta e global que está posta, ou seja, sujeito da história. Com elementos de seus estudos ele coloca como função da Educação Permanente, quatro condições:

- a) Instrumentalizar a cada cidadão para aumentar-lhe a capacidade analítica, tanto em relação a ele mesmo como ao grupo a que pertence ou à situação [...];
 - b) Tornar as populações capazes, graças a um esforço intelectual crítico de interpretar, compreender, e sobretudo confrontar a realidade com os planos e projetos de desenvolvimento [...];
 - c) Estimular atitudes criadoras e imaginativas que em determinada situação, procurem todas as possibilidades existentes para suscitar fatores geradores de novos valores [...];
 - d) Ensinar a organizar a vida no tempo e especialmente no tempo livre e disponível, para que este não seja mais um tempo de ociosidade [...].
- (FURTER, 1974, p, 155-156)

As colocações que o autor fez quanto as funções ou tarefas que a Educação Permanente deve exercer, nos mostra que conforme já dito por Gadotti é uma ação ideologizada, com vista ao desenvolvimento, principalmente no que se refere à área econômica dos países, sejam eles

desenvolvidos ou em desenvolvimento. Não podemos esquecer que a condição que a Educação Permanente foi incorporando com o passar dos anos, fez e faz parte do contexto histórico de cada país e região que ela é apresentada, como mecanismo de progresso. É com base neste contexto que Moacir Gadotti (1991) coloca três etapas para a Educação Permanente: a primeira, a educação de adultos direcionada a formação continuada profissional; a segunda, uma fase utópica integrando a ação educativa com a pretensão de transformação radical do sistema educativo; e por último, apareceu segundo ele, com o rótulo de “Educação Permanente”, se distanciando do conceito original. Após o levantamento nos documentos sobre Educação Permanente em Genebra, Gadotti concluiu que a Educação Permanente é um discurso ideológico, diferente do que vinha sendo disseminado pela UNESCO. Assim a Educação Permanente para os trabalhadores serve para eles se tornarem mais rentáveis e adaptáveis às mudanças econômicas e industriais. O autor acrescenta que a Educação Permanente assume papel de despolitizadora da massa da população.

A expressão ‘Educação Permanente’ tem servido para identificar, freqüentemente, a preocupação por uma educação fora da escola ou do sistema educacional. Ela tem sido usada para designar muitas coisas, diferentes, e até opostas, como: educação de adultos, educação extra-escolar, formação profissional, formação ‘supletiva’, reciclagem. Educação informal, etc.[...] (GADOTTI, 1991, p.92, rodapé 1)

Mais do que isto, Bárcia (1982) acrescenta que a Educação Permanente tem como premissa atender às necessidades sociais, que emergem conforme as constantes mudanças mundiais e assim preparar o homem em suas potencialidades individuais para novas áreas. Baseada nesta necessidade social que a Política de Saúde trouxe a proposta da Educação Permanente para a área, na busca de melhor qualificar o atendimento do serviço.

EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO PROPOSTA DA POLÍTICA DE SAÚDE

Segundo Lopes *et al* 2007 a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS-, verificando as falhas na formação das equipes de saúde, diante das necessidades postas pelo serviço de saúde, a partir da década de 1970 sugeriu um debate para a construção de um novo modelo pedagógico para melhorar as práticas na saúde. Tendo em vista que o planejamento da saúde tinha ligação com o planejamento dos recursos humanos iniciou pesquisa nos países latino-americanos para buscar alternativas para a formação em saúde.

Esta ação já havia aparecido na OPAS em 1958, quando foi publicado um estudo sobre a condição sanitária das Américas. Com a 1ª Conferência Panamericana sobre Planejamento de Recursos Humanos em Saúde no Canadá, ficou explícita a necessidade de readequar a formação dos profissionais da saúde, pois não estava mais respondendo à demanda emergente. “A proposta de educação permanente foi disseminada pela América Latina como estratégia para alcançar o desenvolvimento da relação entre o trabalho e a educação. Este conceito admite que o conhecimento se origina na identificação das necessidades e na busca de solução para os problemas encontrados. [...]” (IDEM, p.3).

Neste sentido, a OPAS buscou nos documentos da UNESCO as bases da Educação Permanente que até então era aplicada exclusivamente na área da educação, trazendo para a saúde um impulso, rumo aos novos tempos e às necessidades que emergiam junto à população usuária da saúde.

Como o Brasil faz parte desta Organização, o processo não foi contrário. As discussões sobre a formação no cenário da saúde já vinham fomentadas desde as primeiras Conferências Nacionais de Saúde. No entanto, como relatam os documentos oficiais das Conferências, a primeira vez que ficou registrada a preocupação com os recursos humanos da saúde foi em 1967, na 4ª Conferência, momento onde os profissionais através das diferentes eixos de trabalho puderam colocar as suas dificuldades no que se referia ao serviço na saúde pública. Posterior a este, os demais eventos realizados de uma forma ou de outra mantinham as discussões e isto ficou nos registros dos Relatórios e Anais.

No ano de 1986, com a 8ª Conferência Nacional, a discussão teve novos rumos, pois neste evento ficou sugerida a criação da Conferência Nacional de Recursos Humanos da Saúde, espaço que daria ainda mais ênfase à qualidade do trabalho na saúde, onde seriam discutidos todos os pontos específicos deste setor de RH da saúde. A 8ª Conferência organizou várias propostas, que deram bases e instrumentos para compor alguns artigos que em 1988 fizeram parte da Constituição Federal do Brasil, a chamada Constituição Cidadã. Nesta legislação, em seu artigo 196, a saúde é posta como dever do Estado e direito de todos. Com esta garantia a população brasileira, teoricamente, teria direito à saúde, independente de sua classe social, religião ou etnia. Este direito veio concretizar argumentos construídos há décadas pelo Movimento de Saúde no Brasil. Por isso, no artigo 200 cita: “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; [...]”. (BRASIL, 2003a, p.77) Começou aqui a trajetória de legalização dos direitos à formação em saúde, com vistas a Educação Permanente, porém sem utilizar este conceito.

Outras Leis foram homologadas, como a Lei Orgânica da Saúde 8080/90 e 8142/90, para subsidiar a criação do Sistema Único de Saúde no país onde ficou clara a necessidade da formação continuada para o recurso humano da área da saúde⁶. Desta forma, a Educação Permanente foi começando a tomar corpo no país com diferentes nomes e definições, tendo as capacitações, oficinas, eventos e treinamentos como partes efetivas desta ação que ainda não tinha um direcionamento político.

Em 2003, na reunião do Conselho Nacional de Saúde foi instituída a NOB/RH do SUS a partir da Resolução 330/2003. Documento este que abriu campo para o Conselho considerar o parecer favorável da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos para o SUS e criar a **Política Nacional de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde** e a estratégia de **Pólos ou Rodas de Educação Permanente em Saúde**, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde - MS. Com esta decisão, homologada pelo Presidente do Conselho, o Sr. Ministro da Saúde, através da Resolução CNS N° 335, de 27 de novembro de 2003, a Educação Permanente começou a se tornar realidade na Política de Saúde. Tendo em vista que a proposta veio da pedagogia, efetivada há muitos anos nesta área foi somente na Saúde que a Educação Permanente se tornou Política Pública. (BRASIL, 2003). Desta forma, para que tivesse todo o respaldo que uma Política Pública necessita, em 2004 foi homologada a Portaria 198/2004 do Ministério da Saúde, através da qual ficou instituída a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. A PNEPS é a Política de formação e desenvolvimento.

A partir da Política instituída, foram implantados os Pólos Regionais de Educação Permanente para o SUS, onde descentralização começou a ser efetivada. Pois, a proposta era exatamente esta, permitir que a política de Educação Permanente fosse efetivada a partir da base. As propostas de trabalho não eram mais prerrogativas do Ministério e nem da Secretaria de Estado, mas dos municípios e das Regionais, que vivenciam e conhecem onde mais são necessárias tais ações. Por isso, os Pólos foram instituídos no país através das Regionais de Saúde, de acordo com a necessidade e condição de administração de cada estado. Esta instância tem o propósito de formar um colegiado com membros vinculados à saúde e, a partir deles, direcionar a Educação Permanente. Com a ideia de trabalhar multisetorial e multiprofissionalmente a Educação Permanente em Saúde vai, buscar na base de uma proposta da Pedagogia, através da interlocução ensino/serviço, a resposta para a

⁶ Ver Lei 8080/90 artigos 14 e 27

problematização⁷ do cotidiano profissional, nas experiências vivenciadas por estes mesmos. É o processo de ensinar e aprender. “A proposta da educação permanente parte de um desafio central: a formação e o desenvolvimento devem ocorrer de modo descentralizado, ascendente e transdisciplinar, ou seja, em todos os locais, envolvendo vários saberes”. (BRASIL, 2005, p.14). É no trabalho em equipe que devem ser encontradas as soluções para a demanda. Neste sentido, o trabalhador da saúde deixa de ser mero expectador nos cursos e capacitações, para ser propositor das discussões e parte integrante das respostas que serão dadas.

Diferentemente das propostas nas primeiras Conferências, que se referia a **formação de profissionais**, leia-se de nível superior, a Política de Educação Permanente foi criada para a **formação dos trabalhadores** da saúde, condição que inclui toda e qualquer função que faça parte da área de saúde pública, pois entende que a equipe como um todo deve ser trabalhada para proporcionar a consolidação do SUS. Todos são atores⁸ do processo de trabalho e isto quer dizer que terão papéis fundamentais para a implementação da Política.

Uma das preocupações que permeiam a Política é a qualidade de formação nos níveis técnicos, universitários e de pós-graduação. De acordo com a proposta,

Cabe à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, junto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, mostrar caminhos para a formação de novos profissionais de saúde, aperfeiçoar o pessoal que já está no SUS e cuidar para que haja profissionais de saúde comprometidos e em quantidade suficiente em todos os pontos do País.(BRASIL, 2005, p. 10)

Isto porque os trabalhadores estariam chegando ao SUS sem o domínio de suas diretrizes e de como são as ações desenvolvidas pelo sistema, condição que não garante a efetivação e consolidação prevista em Lei.

É com esta prerrogativa que uma das ações que devem ser desenvolvidas pelos membros dos Pólos é conhecer e analisar os currículos dos cursos em saúde para saber até que ponto o Sistema está sendo colocado com conteúdo programático nas escolas.

Para que os Pólos tenham condições de implementar a Política de Educação Permanente, a Portaria 198/2004 traçou funções, quais sejam:

⁷ “Problematizar significa refletir sobre determinadas situações, questionando fatos, fenômenos e idéias, compreendendo os processos e propondo soluções”. (BRASIL, 2005, p. 8)

⁸ “Em Saúde, os atores são indivíduos, grupos ou instituições capazes de interferir de forma ética /ou política numa determinada situação, de acordo com um projeto próprio”. (BRASIL, 2005, p.9)

- I. mobilizar a formulação e a integração de ações de educação na saúde entre os distintos atores locais: usuários; gestores da saúde e da educação; dirigentes da educação e de ações e serviços de saúde; docentes e estudantes da educação técnica, de graduação e de pós-graduação; trabalhadores de saúde; agentes sociais e parceiros intersetoriais;
- II. induzir processos de transformação das práticas de saúde (atenção, gestão e controle social) e de educação dos profissionais de saúde (ensino, pesquisa, extensão, documentação e cooperação técnica);
- III. formular políticas de formação e desenvolvimento em bases geopolíticas territorializadas (locorregionais);
- IV. formular abordagens e estratégias integradas e integradoras de implementação educativa dos campos de conhecimentos específicos (temáticas ou áreas técnicas delimitadas) e reconhecidos como de interesse locorregional, estadual ou nacional (exemplos: tuberculose, hanseníase, aids, dengue, saúde do trabalhador, saúde bucal, saúde mental, saúde da mulher, urgência e emergência...);
- V. estabelecer relações cooperativas entre os vários Pólos de Educação Permanente em Saúde para o SUS, tendo em vista a necessidade de compartilhar iniciativas e de possibilitar o acesso aos saberes e práticas de outros locais (internamente aos estados e nacionalmente). (BRASIL, 2004, anexo II, p.9).

Estas funções pré-estabelecidas facilitam as ações dos membros, tendo em vista que serão pessoas de diferentes segmentos como controle social, estudantes, escolas, trabalhadores, prestadores de serviços, movimentos sociais e outros que sejam necessários e façam parte da Política de Saúde Pública e participem de forma “voluntária” agregando mais uma atividade dentro de suas funções, como é o caso dos conselheiros. Estes membros terão como uma de suas tarefas a apreciação dos projetos de Educação Permanente em Saúde. Cabe lembrar que as ações prioritárias para execução de projetos estão estabelecidas nos níveis federal, estadual e municipal, no Pacto Pela Saúde, outro fator que agrega maior responsabilidade no momento dos gestores apresentarem suas propostas aos Pólos. É com este panorama traçado que os membros terão que buscar na realidade dos trabalhos as informações para desenvolver a Educação Permanente nas regionais.

Para ampliar a Educação Permanente em Saúde, em 2006 o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde. Assim os membros deste espaço democrático tiveram pautadas sua qualificação e formação na Política de Saúde para poder trabalhar na efetivação do SUS e na garantia dos direitos de trabalhadores, prestadores e usuários da saúde. Neste sentido a objetivo central da Educação Permanente de garantir a qualidade, o desenvolvimento e a autonomia da população em relação à própria saúde e a educação em

saúde. Na busca de possibilitar que a participação e controle social sejam efetivados está Política traçou diretrizes, funções e objetivos, tudo na tentativa de propiciar o que vinha sendo solicitado deste a 4ª Conferência Nacional de Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde é nova e está sendo trabalhada nas regiões, desde sua homologação em 2004. No entanto, o que podemos perceber é que há muito para fazer, como em toda Política Pública, mas principalmente por se tratar de uma Política que é implementada por membros que têm um acúmulo de funções e por se tratar de um espaço construído a partir da problematização do cotidiano dos trabalhadores. Condição nova no país, que até poucos anos só recebia projetos prontos do Ministério ou das Secretarias de Estado e tinha que desenvolver sem questionar ou poder adaptar à sua realidade. Não podemos dizer que isto ainda não ocorra, mas com a Educação Permanente as regiões e municípios têm a possibilidade de construir o seu Plano de Ação, montar o seu Diagnóstico e elencar suas prioridades. Para isto, se faz necessário que não só os membros dos Pólos e os trabalhadores incorporem a Política, mas principalmente os gestores, que são aqueles que irão autorizar e viabilizar que a Educação Permanente tenha um tempo garantido na agenda de trabalho, na área da saúde de seus municípios. Somente a partir do momento em que a discussão for fomentada na base, junto às equipes, será possível que os projetos aprovados nos Pólos contemplem efetivamente as diretrizes da Política e as necessidades de formação dos trabalhadores.

Na Pedagogia, Gadotti conclui que a Educação Permanente é ideologizada e que tem o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico do país, através da qualificação de pessoal. Na Saúde não é diferente. A intenção é que a qualificação venha para garantir a qualidade dos Serviços do SUS. No entanto, não é por isso que se deve desperdiçar a oportunidade de melhorar a formação, garantir a qualificação permanente e, transformar os ambientes de trabalho em locais mais humanizados, organizados e, principalmente com boas condições de trabalho, pois isto garante espaço salutar para os trabalhadores e bom atendimento para os usuários.

Os leitores podem verificar, tratamos o espaço Colegiado como Pólos de Educação Permanente em Saúde para o SUS – Pólos, conforme instituídos pela Portaria 198/2004 GM/MS. No entanto, no ano de 2007, saiu nova Portaria Nº 1996, do Ministério

da Saúde fazendo algumas alterações na Política de Educação Permanente e uma delas foi a nomenclatura dos Pólos que passaram a ser chamados de Comissão Permanente de Integração de Ensino-Serviço - CIES. Como nossa proposta de pesquisa está sendo realizada no estado do Paraná e, aqui, por determinação da Secretaria de Estado não foi alterada a nomenclatura, é por esse motivo que apresentamos como Pólo de Educação Permanente em Saúde.

REFERÊNCIAS:

BÁRCIA, Mary Ferreira. **Educação Permanente no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 39, de 2002, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. – 20. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. [a]

BRASIL. CNRH - CONFERÊNCIA NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE. "Política de Recursos Humanos Rumo à Reforma Sanitária". **Relatório Final**. Ministério da Saúde. 1986 Disponível em:
<www.vsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CNRH_sa%FAde.pdf -> Acesso em: 21/jul/09

BRASIL. CNS - CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (4.: 1967: Brasília). **Anais da 4ª Conferência Nacional de Saúde**, Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30 de agosto a 4 de setembro de 1967: Recursos humanos para as atividades de saúde: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 1967. Disponível em:
<bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/4conf_nac1.pdf%20- anais> Acesso em: 05/maio/09

BRASIL. CNS - CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (8.: 1986: Brasília). **Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília-DF, 17 a 21 de março de 1986: Democracia é saúde: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. [1986 b] Disponível em:
<<http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>> Acesso em: 14/maio/09

BRASIL. CNS - CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (8.: 1986: Brasília). **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília-DF, 17 a 21 de março de 1986: Democracia é saúde: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 1986. [1986 a] Disponível em:
<<http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>> Acesso em: 14/maio/09

BRASIL. CNS. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 330/2003-NOB/RH-SUS** de 4 de novembro de 2003 nos termos do decreto de delegação de competência de 12 de novembro de 1991. Humberto Costa. Ministro de Estado da Saúde.

BRASIL. CNS. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 335/2003** de 27 de novembro de 2003 nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991. Humberto Costa. Ministro de Estado da Saúde.

BRASIL. Lei Nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *In*: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região. **Coletânea de Legislações**: direitos de cidadania. Curitiba, nov. 2003. [b]

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 198/GM/MS**. 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Humberto Costa. Ministro de Estado da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **A educação permanente entra na roda**: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

DICIONÁRIO HOUAISS. **Conceitos**: Fenomenologia, Hermenêutica e Filosofia. Disponível em: <<http://biblioteca.uol.com.br/>> Acesso em: 14/out/2009.

FURTER, Pierre. (Tradução: Teresa de Araújo Penna) A Educação Permanente na perspectiva do desenvolvimento cultural. *In*: **Educação Permanente e desenvolvimento cultural**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 111 – 159

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação**: o esquecimento da educação e a educação Permanente. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

LOPES. Sara Regina Souto *et al.* Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. *In*: Com. Ciências Saúde. 2007; 18(2):147-155. Disponível em < www.fepecs.edu.br/revista/Vol18_2art06.pdf > Acesso em 05/jul/2009.